

CONCURSO PÚBLICO 02/2016

ADVOGADO

A LEITURA COMPETENTE DAS INSTRUÇÕES A SEGUIR É ESSENCIAL PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROVA.

- Duração da prova: **4 horas**. Compete ao candidato administrar o tempo para responder às questões objetivas e à redação e preencher corretamente as Folhas de Respostas.
- Tempo mínimo de permanência na sala: **1 hora e meia**.

Este Caderno é composto de **50 questões** objetivas de múltipla escolha e **01 questão** dissertativa (Produção Textual).

- Verifique se o cargo descrito acima coincide com o de sua inscrição e confira se o seu caderno possui todas as páginas.
- Qualquer problema, comunique ao fiscal.
- Utilize o Caderno de Questões como rascunho, transferindo as alternativas assinaladas, ao final, para as respectivas Folhas de Respostas.

Não haverá troca do Caderno de Questões ou das Folhas de Respostas, portanto tenha muita atenção ao assinalar a **alternativa escolhida** (a CANETA).

- Assinale apenas uma única alternativa para cada questão.
- Serão consideradas erradas as questões com dupla marcação ou com rasuras.
- Leia atentamente as instruções constantes em cada **FOLHA DE RESPOSTAS**.
- Não esqueça de assinar as duas Folhas de Respostas, que deverão ser devolvidas ao fiscal da sala.
- Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta ponta grossa, não porosa, para preencher as duas Folhas de Respostas personalizadas.
- O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na própria Folha de Respostas.

De acordo com o Edital:

- Para levar seu Caderno de Questões, o candidato deverá permanecer na sala por um **período mínimo de uma hora e meia**.
- Por razões de segurança, os Cadernos de Questões somente serão entregues aos candidatos no local de aplicação das provas, na forma descrita no item anterior.

Divulgação dos Resultados:

- Gabaritos das Provas Objetivas: a partir de 15/03/2016
- Demais

Locais de divulgação dos eventos:

- Sites: www.ihamen-concursos.org.br e

Por que hei de agradar o rude sofrimento e mais rude torná-lo, na desesperança? Por que proclamar a tristeza inútil diante das coisas que secretamente e melhor compreendo? Não falarei do desamparo que finalmente me aperta os dedos na garganta. Não citarei o sentimento peculiar aos que têm propensão para o desengano e, mais do que nunca, ao crepúsculo, sentem-se traídos e ultrajados sem motivo. Não mais me referirei a estados de alma que nada contêm além de um vazio cinzento e interminável, um abismo de sombra e de abstrato, onde a tristeza ruma o seu cadáver.

Todos os gestos seriam inúteis. Nada salva e tudo nos perde e atraiçoa. O temor sustenta minhas interrogações e de repente me sinto só, perdidamente só e anterior a todos, como se ninguém mais houvesse. Tudo desaparece na refração das águas da memória. Vejo as imagens deformadas, mas que persistem, fantasmas íntimos. Rio e já não entendo; choro e me dilacero lentamente no tempo em que tudo está pesadamente mergulhado. Não grito porque o hábito se forma e o pudor defende. Conheço e entendo. Algumas vezes adivinho, mas não devasso. O que sabe deve calar-se para não ferir. Se digo, as palavras nada significam senão o prazer de proferi-las e achá-las bem achadas, não para que exprimam, mas simples jogo colorido que diverte. Não proporei normas, nem direi o que abomino. Deu-nos Deus a palavra para melhor silenciar. No inarticulado, me descubro um homem, com um nome, certos hábitos, fisionomia, alguns cacoetes e muitas possibilidades. Mas sobretudo vivendo por conta própria.

Foi um ato irresponsável confiar-me a mim mesmo. Meu destino gira nos meus dedos. Não me pertenco e nem me encontro. O tormento da lembrança, como cãibra, paralisa os gestos e sobrepõe ao que é o que já foi. Calculadamente percorro o caminho da fatalidade, onde os abismos espreitam e aguardam a imagem quebrada, e cem vezes traída.

Otto Lara Resende, texto publicado originalmente no jornal Folha de S. Paulo, edição de 5/10/02, disponível em [http://www.releituras.com/olresende_balanco.asp].

1. “Por que hei de agradar o rude sofrimento e mais rude torná-lo, na desesperança?”

O trecho acima foi reescrito preservando-se o sentido original e respeitando o que preceitua a norma culta em qual alternativa?

- a) Hei de agradar o rude sofrimento e mais rude, torná-lo, na desesperança, porquê?
- b) Hei de agradar o rude sofrimento e mais rude, torná-lo, na desesperança, por que?
- c) Hei de agradar o rude sofrimento e mais rude, torná-lo, na desesperança, por quê?
- d) Hei de agradar porquê o rude sofrimento e mais rude torna-lo, na desesperança?

2. No primeiro parágrafo do texto, Otto Lara Resende:

- a) reconhece que o desamparo o atingiu.
- b) propõe-se a debater o sofrimento peculiar daqueles que têm propensão para o desengano.
- c) admite compreender melhor a tristeza que por vezes o assombra, ao proclamá-la ao mundo.
- d) rejeita discussões sobre estados de alma que representem algo mais do que um “vazio cinzento e interminável”.

3. “Deu-nos Deus a palavra para melhor silenciar”.

A transposição do trecho acima para a voz passiva resultará na forma verbal:

- a) sendo-nos dada.
- b) ser silenciada.
- c) foi-nos dada.
- d) fora silenciada.

4. Leia os períodos a seguir.

- I. “Por que proclamar a tristeza inútil diante das coisas que secretamente e melhor compreendo?”
- II. “Não citarei o sentimento peculiar aos que têm propensão para o desengano”.
- III. “Não mais me referirei a estados de alma”.
- IV. “Mas sobretudo vivendo por conta própria”.

Analisando-se os períodos acima sob a ótica da gramática normativa, é válido asseverar que:

- a) observamos, em I, o uso impróprio da conjunção explicativa, que deveria ter sido grafada com acento circunflexo na vogal “e”.
- b) em II ocorreu concordância verbal inadequada.
- c) no item III
- d) em IV

- a) antevê de maneira fatalista a jornada que lhe resta cumprir.
- b) lamenta o fato de não haver confiado mais em si.
- c) reconhece-se como senhor inquestionável de seu destino.
- d) evoca as lembranças de um passado venturoso como forma de auxiliá-lo a debelar a paralisia que assola o seu presente.

CALENDÁRIO EMOCIONAL

Sabe aquele relógio que há dentro do celular e dos computadores, que mesmo que o aparelho esteja desligado mantém o horário e a agenda atualizados? Nosso inconsciente é igual. Ele tem um calendário infalível, que faz com que tenhamos sensações ou pensamentos “comemorativos” de datas que nem sequer sabíamos que lembrávamos.

Quando somos tomados por uma tristeza incompreensível, um desânimo fora de sentido, um choro estranho, uma brabeza despropositada, enfim, algo aparentemente fora de lugar, talvez seja o tal “calendário emocional”. Algo pode estar sendo evocado nessa data. Sem ter consciência, fazemos o luto de aniversários de morte, de separação, da saída de um emprego, da partida de um filho, de um aborto ou qualquer outro evento significativo, duro ou doído. Todas as datas estão registradas em nosso relógio interno.

Para fazer você acreditar nisso, vou recorrer à história que aconteceu com uma paciente minha. História essa que foi surpreendente até para mim, mesmo depois de décadas de trabalho como psicanalista. Ela acordava todos os dias às três da manhã, depois demorava para dormir. Olhar o relógio e confirmar a infalibilidade do despertador interno só piorava as coisas. A sensação era de estar sendo vítima de um complô. Havia anos que quebrávamos a cabeça tentando entender o porquê dessa persistente repetição. Sua vida mudou e isso passou. Andávamos esquecidas do enigma, quando ela se pôs a falar sobre um período muito solitário e difícil em que, a trabalho, vivera na Coreia. Foi lá que essa maldição das três da manhã começou e, nas noites insones, costumava pensar que aqui eram três horas da tarde. Dessa vez, ao contar a história lembrou que durante sua infância, o pai, que era viajante e passava a semana fora, partia sempre aos domingos às três da tarde. Na sua ausência, a paciente ficava à mercê da mãe, cuja agressividade se expressava principalmente com ela.

A filha sabia que a saída do pai era o começo de uma jornada semanal de gritos e castigos. Muitos anos depois, soube-se que esse homem tinha duas famílias e, mesmo sem ter consciência disso, a filha intuía que sua partida era muito mais significativa do que apenas trabalho. O hábito de despertar às três da madrugada, sentindo-se abandonada, como ocorria naquele lugar estrangeiro de fuso horário invertido, era um reencontro com a desolação que chegava quando ele partia.

Essa história lembra a força das emoções internas que governam nossa vida. Elas serão ainda mais persistentes quanto menos tivermos acesso a seu significado. Podemos combater uma insônia como essa usando uma medicação ou qualquer outro recurso. Mas não custa ir um pouco mais a fundo e descobrir o sentido oculto desses acontecimentos psíquicos, aparentemente bizarros. Decifrá-los possibilita que nos maravilhemos frente à eficácia da máquina psíquica que nos move. Sua precisão pode até ser assustadora, mas a familiaridade com sua lógica possibilita que certas maldições deixem de nos assombrar.

Diana Corso, Revista Vida Simples, disponível em [http://vidasimples.uol.com.br/noticias/pensar/calendario-emocional.phtml#.VsTbmlK_PK0].

6. “... que faz com que tenhamos sensações ou pensamentos “comemorativos” de datas que nem sequer sabíamos que lembrávamos”.

Se o verbo enfatizado fosse substituído pela forma verbal faria, a correta articulação entre os tempos verbais na frase seria a representada em qual alternativa?

- a) ... tivemos sensações ou pensamentos “comemorativos” de datas que nem sequer sabíamos que lembrávamos.
- b) ... tivéssemos sensações ou pensamentos “comemorativos” de datas que nem sequer saberíamos que lembrávamos.
- c) ... tivéramos sensações ou pensamentos “comemorativos” de datas que nem sequer soubéramos que lembrávamos.
- d) ... tínhamos sensações ou pensamentos “comemorativos” de datas que nem sequer sabíamos que lembrávamos.

estranho, uma brabeza despropositada, elimini, algo aparentemente fora de lugar.

Sobre o termo sublinhado, assinale a alternativa correta.

- a) Morfologicamente classifica-se como advérbio de modo.
- b) No contexto em que está inserido, poderia ser substituído pelo advérbio *finalmente*, sem que houvesse prejuízo de sentido.
- c) Classifica-se como adjetivo e denota finalidade.
- d) Trata-se de um advérbio que, no contexto, foi utilizado para introduzir uma ideia de síntese ou resumo.

8. A autora compara nosso calendário emocional ao relógio que há dentro do celular e dos computadores, no seguinte sentido:

- a) os dois falham e nos deixam perdidos, diariamente.
- b) existe, hoje, uma ligação quase emocional entre homem e máquina.
- c) ambos guardam informações que podem ser evocadas em momentos posteriores.
- d) nosso calendário emocional, ao contrário do relógio dos celulares e computadores, não é capaz de conservar informações remotas.

9. Analise as proposições abaixo.

- I. Após anos de terapia, a paciente mencionada no texto e a autora, sua psicanalista, conseguiram concluir que a insônia daquela estava relacionada a um período bastante turbulento, em que vivia na Coreia e era submetida, constantemente, à agressividade física e verbal dos pais.
- II. Diana Corso adverte que as emoções internas governam nossa vida, se assim o permitirmos e, por isso mesmo, recomenda que tenhamos o mínimo acesso a elas e a seu significado.
- III. A autora também avalia que devemos combater a insônia usando medicações específicas, caminho mais eficaz e seguro do que tentar ir a fundo nas emoções e desvendar-lhes o sentido oculto, que além de, muitas vezes, bizarro, pode revelar maldições que passarão a nos assombrar em definitivo.

Está em consonância com o texto o que se afirmou:

- a) em apenas uma das proposições.
- b) em apenas duas das proposições.
- c) nas três proposições apresentadas.
- d) em nenhuma das proposições elencadas.

10. No trecho abaixo, propositadamente, alterou-se a grafia de alguns vocábulos, de modo que passaram a não estar registrados de acordo com a gramática normativa e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Faz alguma diferença para o comportamento das pessoas imaginar que Deus está monitorando suas ações e é capaz de punir quem aje de forma contrária às regras morais? Bem, já existe uma literatura científica considerável relatando tentativas de investigar essa questão experimentalmente, e um dos maiores estudos sobre o tema foi o mote desta reportagem recente que fiz para a edissão impressa da Folha. A resposta curta é: as pessoas parecem, de fato, ajir de um jeito um pouco mais honesto quando afirmam crer em divindades que monitoram e punem maufeitores — ao menos quando estão lidando com outras pessoas da mesma religião que elas.

Compilado de artigo de Reinaldo José Lopes – “Deus tá vendo?” – jornal Folha de São Paulo, edição de 15/2/15.

Para que o texto esteja em consonância com a norma culta da língua, deverá ser modificada a grafia de:

- a) mais de seis vocábulos.
- b) mais do que quatro e menos do que sete vocábulos.
- c) menos de quatro vocábulos.
- d) mais de sete e menos do que dez vocábulos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. A propósito das atribuições e competências do Conselho Nacional de Justiça – CNJ não é correto afirmar que:

- a) a competência do CNJ abrange apenas os órgãos e juízes situados, hierarquicamente, abaixo do STF.
- b) compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- c) detém magistrados.
- d) a comç

12. A propósito da condição jurídica do estrangeiro no Brasil, do brasileiro nato e do naturalizado, é correto afirmar que:

- a) os cargos de Ministro do STF e Ministro do STJ são privativos de brasileiros natos.
- b) o ordenamento jurídico pátrio não admite hipótese de declaração de perda da nacionalidade de brasileiro nato.
- c) estrangeiro naturalizado brasileiro pode se candidatar ao cargo de Senador da República Federativa do Brasil.
- d) são brasileiros natos todos aqueles nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros.

13. A Constituição da República Federativa do Brasil faz menção expressa a vários benefícios previdenciários, dentre os quais não se encontra:

- a) salário família.
- b) auxílio natalidade.
- c) pensão por morte.
- d) auxílio reclusão.

14. A propósito do instituto processual do Mandado de Segurança, não é correto afirmar que:

- a) pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança. ✓
- b) não pode o impetrante, sem assentimento da parte contrária, desistir de processo de mandado de segurança, quando já tenha sobrevivido sentença de mérito a ele desfavorável.
- c) controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.
- d) não se admite mandado de segurança, impetrado por Município, contra o TCU, para impugnar estimativa populacional que elaborada pelo IBGE, serviu de base para fixação ou alteração da quota referente ao Fundo de Participação dos Municípios.

15. A propósito da figura do “amicus curiae” não é correto afirmar que:

- a) o “amicus curiae” carece de legitimidade recursal.
- b) em sede de controle normativo abstrato não se admite pessoa física ou natural na condição de “amicus curiae”.
- c) na ação de descumprimento de preceito fundamental – ADPF não se admite a figura do “amicus curiae”.
- d) da decisão que rejeita a presença do “amicus curiae” não cabe recurso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Santos, Lei nº 4.623/84, não são considerados de efetivo exercício os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de:

- a) doação de sangue, devidamente comprovada, no dia da contribuição.
- b) desempenho de mandato classista ou eletivo.
- c) exercício de outro cargo no Município, de provimento em comissão.
- d) luto pelo falecimento do cônjuge, filhos, pais, irmãos, avós, netos e sogros, até 8 (oito) dias.

17. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Santos, Lei nº 4.623/84, a Comissão Processante, permanente ou especial, instituída para apuração de falta disciplinar deverá ser presidida obrigatoriamente por:

- a) servidor efetivo e estável, ocupante do cargo de advogado.
- b) servidor efetivo com bacharelado em ciências jurídicas, inscrito na OAB.
- c) servidor efetivo e estável com bacharelado em ciências jurídicas, não sendo necessária inscrição na OAB.
- d) servidor efetivo ocupante de cargo de nível superior.

18. A propósito de regramento constante da Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/92, não é correto afirmar que:

- a) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- b) a lei de improbidade administrativa tipifica apenas ilícitos civis e administrativos não constando de seu texto previsão de crime.
- c) no caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos.
- d) o Ministério Público é o órgão fiscal da lei, sob pena de

19. Somente pode ingressar com ação popular em face de ato lesivo ao patrimônio público do município de Santos:

- a) o munícipe, assim considerado o cidadão nascido e residente no município de Santos.
- b) o cidadão brasileiro nato ou naturalizado com domicílio eleitoral no município de Santos.
- c) o cidadão brasileiro nato ou naturalizado, e ainda, o português equiparado, no gozo dos seus direitos políticos.
- d) o cidadão brasileiro nato ou naturalizado, e ainda, o Ministério Público.

20. De acordo com o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Indique, dentre as alternativas abaixo, aquela que contempla ato que, de acordo com a sistemática estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil, escapa da competência dos Tribunais de Contas.

- a) Julgar as contas as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- b) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- c) Apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- d) Apreciar e julgar anualmente as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

DIREITO CIVIL

21. A vigência de uma lei diz respeito ao lapso temporal em que possui ela força obrigatória vinculante. Acerca da vigência das leis, assinale a alternativa que encarta assertiva correta.

- a) O princípio da obrigatoriedade simultânea atua no estudo da *vacatio legis* e indica que a o intervalo de tempo entre a publicação da lei brasileira e sua entrada em vigor deve ser o mesmo em todo o país e no exterior.
- b) Na forma da Lei complementar nº 95/1998, na hipótese de serem procedidas correções do texto de lei já em vigor, as mesmas não serão consideradas como lei nova.
- c) Caso antes da entrada em vigor da lei venha a ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, o prazo para sua entrada em vigor começa a correr da nova publicação.
- d) Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), salvo disposição em contrário a lei começa a vigorar na data nela indicada, sendo a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" reservada para as leis de pequena repercussão.

22. O instituto da evicção pode ser conceituado como a perda da coisa em virtude de decisão judicial ou de um ato administrativo que a atribui a terceiro. No que tange ao tema, é incorreto afirmar que:

- a) na celebração de contrato oneroso podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- b) para fins de indenização pela evicção, deve ser considerado em relação ao preço da coisa o seu valor à época em que se evesceu, sendo proporcional ao desfalque sofrido na hipótese de evicção parcial. ✓
- c) em conformidade com a vedação ao enriquecimento sem causa, caso o evicto tenha auferido vantagens das deteriorações e não tenha sido condenado a pagar tais vantagens ao evictor, o respectivo valor deverá ser deduzido da quantia pleiteada do alienante.
- d) em sendo a evicção parcial, seja a perda considerável ou não, ante ao postulado da boa-fé objetiva, poderá o evicto optar pela rescisão do contrato ou pela indenização por perdas e danos.

23. Também na seara do Direito o decurso do tempo é um fenômeno inexorável e os institutos da prescrição e da decadência decorrem da projeção dos efeitos do tempo nas relações jurídicas. Isso porque, a manutenção indefinida de situações jurídicas pendentes importa em insegurança jurídica, constituindo fonte inesgotável de conflitos. Dentro deste contexto, indique a alternativa correta.

- a) O pagamento de dívida prescrita, considerada obrigação natural ou juridicamente inexigível, importa em enriquecimento indevido do credor, podendo o devedor pleitear a repetição do indébito. ✗
- b) Pelo princípio da *accessio temporis* encartado no art. 196 do Código Civil, a fruição do prazo prescricional é contínua, ou seja, iniciado contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor. ✓
- c) Diferença entre o valor que após a sua constatação do devedor e o valor que o credor recebeu do devedor.
- d) A intenção de o devedor pagar a dívida ao credor.

não é factível afirmar que:

- a) os frutos caídos de árvore do terreno vizinho não passam a pertencer ao dono do solo onde caíram. E
- b) é possível levantar parede de tijolos translúcidos a menos de metro e meio de prédio vizinho, não importando servidão sobre ele.
- c) ainda que por decisão judicial devam ser toleradas as interferências, poderá o vizinho que as sofre exigir a redução quando esta seja possível.
- d) o dono de prédio que não tiver acesso à via pública poderá, mediante indenização, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será fixado judicialmente, se necessário.

25. Dentre as formas de aquisição da propriedade imóvel não está:

- a) o usucapião.
- b) a acessão.
- c) a especificação.
- d) o registro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. Da mesma forma que o procedimento ordinário, o sumário é de cognição plena, razão pela qual a sentença nele proferida encontra-se apta à formação da coisa julgada material. Entretanto, o procedimento sumário é caracterizado por uma concentração dos atos processuais e pela redução das possibilidades de resposta do réu, motivo pelo qual sua utilização está legalmente restrita a determinadas hipóteses. Neste toar, traduz a hipótese equivocada de utilização do procedimento sumário:

- a) ação de cobrança ao locatário de quantia devida ao condomínio.
- b) ação de revogação de doação.
- c) ação de ressarcimento de danos causados em acidente de veículo de via terrestre. X
- d) ação de arrendamento rural.

27. Diante do princípio da inércia da jurisdição, a petição inicial é instrumento da demanda e deve estar apto a deflagrar o processo judicial preenchendo todos os seus requisitos.

Neste toar, caso o julgador identifique neste instrumento irregularidades que dificultem o julgamento do mérito deverá:

- a) indeferir de plano a petição inicial.
- b) determinar ao autor no prazo de 15 dias a emenda da inicial.
- c) suprir de ofício a irregularidade.
- d) aguardar a fase de saneamento do processo para extinguir o processo sem julgamento do mérito.

28. À luz a jurisprudência dos Tribunais pátrios, sobretudo do STF e do STJ, relativamente à ação civil pública disciplinada na Lei nº 7.347/1985, está incorreto afirmar que:

- a) na ausência de dispositivo sobre remessa oficial na Lei de Ação Civil Pública busca-se norma de integração dentro do microsistema da tutela coletiva, aplicando-se por analogia o art. 19 da Lei nº 4.717/1965.
- b) é possível a declaração de inconstitucionalidade em sede de ação civil pública, desde que a controvérsia constitucional não figure como pedido, mas apenas como causa de pedir. ✓
- c) remanescendo em ação civil pública por ato de improbidade administrativa o pleito ressarcitório, uma vez implementada a prescrição, este não poderá mais ser buscado em ação autônoma.
- d) ajuizada ação coletiva atinente à macro lide geradora de processos multitudinários, admite-se a sustação de ações individuais no aguardo do julgamento da ação coletiva, sendo assegurado o direito ao ajuizamento individual.

29. A ação rescisória pode ser definida como ação autônoma de impugnação de decisões de mérito transitadas em julgado. Com arrimo nos julgados prolatados no âmbito do STF é possível afirmar que:

- a) admite-se ação rescisória contra sentença transitada em julgado, ainda que contra ela não se tenha esgotado todos os recursos.
- b) cabível ação rescisória por ofensa a literal dispositivo de lei quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.
- c) a paralização da ação rescisória não gera prescrição intercorrente.
- d) encontram-se aplicáveis os prazos prescricionais para a ação rescisória em relação às decisões transitadas em julgado. iparem do julgado

34. O Estatuto da Pessoa Com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Neste diapasão, assinale a assertiva incorreta.

- a) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento ou hospitalização, e em caso de deficiente em situação de curatela deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento. ✓
- b) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.
- c) É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no país ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.
- d) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, perdurando o menor tempo possível e afetará todos os atos de sua vida civil.

35. É de ciência comum que a violência contra a mulher é produto de uma construção histórica que guarda em seu cerne estrita correlação com as categorias de gênero, classe, etnia e suas relações de poder. A Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006 – atendendo aos anseios da comunidade internacional cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Especificamente com relação à proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, são medidas de urgência à ofendida que podem ser liminarmente determinadas pelo juiz, exceto:

- a) a restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida.
- b) recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor.
- c) proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial.
- d) prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E ORIENTAÇÃO JURÍDICA AO CIDADÃO – CIDADANIA

36. No que tange à aplicação da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – pelos Tribunais pátrios é correto afirmar que:

- a) o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica que se estabelece entre a entidade de previdência privada e seus participantes.
- b) é ilegal a cobrança de tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo.
- c) não é legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a inadimplência do consumidor de débitos pretéritos.
- d) cabível a indenização por danos morais pela anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, mesmo quando preexistente legítima inscrição.

37. O acesso à justiça é direito fundamental previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, o qual tem por escopo assegurar não somente os direitos individuais, como os coletivos em sentido amplo. Instrumento do acesso à justiça, a gratuidade da justiça encontra acolhida no Novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105/2015. Com base nas disposições do novel diploma, assinale a alternativa incorreta.

- a) A gratuidade de justiça compreende as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais.
- b) A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- c) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingressar em recurso.
- d) O d

38. A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda. Acerca do tema, à luz da Lei nº 12.318/2010 não é possível afirmar que:

- a) por também implicar na responsabilização criminal, a Lei nº 12.318/2010 apresenta um rol taxativo de atos que configuram alienação parental.
- b) declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária.
- c) a alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.
- d) dentre as medidas que podem ser tomadas pelo juiz quando detectado caso de alienação parental se encontra alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão.

39. Na forma da Lei nº 11.445/2007 que disciplina as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são princípios fundamentais que informam a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, salvo:

- a) adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais.
- b) integração dos recursos hídricos nos serviços públicos de saneamento básico.
- c) adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.
- d) controle social.

40. Em consonância com o art. 27 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça. Com relação ao direito ao estado de filiação é correto afirmar que:

- a) a constituição da filiação sócio afetiva exige tão somente a caracterização do estado de posse de filho.
- b) na ação negatória de paternidade, o não comparecimento do filho menor de idade para submeter-se ao exame de DNA induz a presunção de inexistência de paternidade.
- c) o reconhecimento pelos pais dos filhos havidos fora do casamento não pode ocorrer após a morte do filho.
- d) nas ações de estado, como as de filiação, deve se dar prevalência ao princípio da verdade real, admitindo-se a relativização ou flexibilização da coisa julgada.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

41. De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 730/201, indique, dentre as alternativas abaixo, qual a zona de uso e ocupação da área insular do município de Santos especificada como de "ocupação de baixa densidade e comércio especializado em determinadas vias onde se pretende incentivar a renovação urbana e o uso residencial.

- a) ZI - Zona Intermediária.
- b) ZCII - Zona Central II.
- c) ZNIII - Zona Noroeste III.
- d) ZM III - Zona dos Morros III.

42. O Plano Diretor do Município de Santos, Lei Complementar Municipal nº 821/2013, admite a Concessão de Direito Real de Uso - CDRU para ocupantes de imóvel em área urbana, de propriedade do Município, de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A propósito das regras acerca do tema constantes do Plano Diretor do Município de Santos, não é correto afirmar que:

- a) a CDRU será precedida de desafetação, quando necessária, outorgada de forma gratuita ou onerosa, mediante autorização legislativa, avaliação prévia e contrato.
- b) o direito real de uso poderá ser conferido de forma individualizada ou coletiva, pelo prazo de 30 (trinta) anos, prorrogável sempre que necessário.
- c) não são
- d) o contra

43. De acordo com o que estabelece o Código Florestal, desde que atendidos os demais requisitos estabelecidos na legislação vigente, a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas poderá ser autorizada em caso de:

- a) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro.
- b) construção de moradia de remanescentes de comunidades quilombolas em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores.
- c) regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas.
- d) realização de obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário, necessárias aos parcelamentos de solo urbano.

44. A propósito do regramento constante da Resolução CONAMA 369/2006 acerca do Plano de Regularização Fundiária Sustentável - PRFS não é correto afirmar que:

- a) as áreas objeto do PRFS devem estar previstas na legislação municipal que disciplina o uso e a ocupação do solo como Zonas Especiais de Interesse Social, tendo regime urbanístico específico para habitação popular de Interesse social.
- b) o PRFS deve ser apresentado pelo poder público municipal e deve contemplar, dentre outros elementos, a realização de audiência pública.
- c) no PRFS deve ser assegurada a não supressão de vegetação nativa em áreas de preservação permanente preservadas.
- d) ocupações identificadas no PRFS como localizadas em áreas consideradas de risco de inundações, corrida de lama e de movimentos de massa rochosa, não são passíveis de regularização.

45. O Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2000 elenca um rol mínimo de elementos e condições que devem constar de projeto específico para que o Município validamente amplie o seu perímetro urbano, dentre os quais não se encontra:

- a) definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural.
- b) parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e a contribuir para a geração de emprego e renda.
- c) previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido.
- d) delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais.

ESPORTE

46. Nos termos da Lei nº 9.615/1998 o desporto, como direito individual, tem como base variados princípios. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a caracterização dada pela Lei nº 9.615/1998 ao princípio da liberdade.

- a) Expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor.
- b) Expresso pela liberdade de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação.
- c) Definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva.
- d) Consubstanciado na organização e funcionamento de sistemas desportivos diferenciados e autônomos.

47. O Estatuto do torcedor, Lei nº 10.671/2003 estabelece uma série de deveres à entidade de prática desportiva detentora do mando do jogo e de seus dirigentes assim como também à entidade responsável pela organização da competição.

Indique, dentre as alternativas abaixo, aquela que contempla dever da entidade responsável pela organização da competição pelo qual não responde a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo.

- a) Solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento, bem como reportá-las ao Ouvidor da Competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.
- b) Contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio.
- c) Informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança.
- d) Solicitar a identificação dos torcedores antes da realização da partida, para fins de controle de acesso, devidamente

certificado de incentivo fiscal de apoio ao esporte para realização de projetos esportivos – CIFE instituídos pela Lei Complementar Municipal nº 615/2007, não é correto afirmar que:

- a) toda pessoa natural ou jurídica poderá ser patrocinador de projeto esportivo, desde que não esteja em débito com a Fazenda Pública Municipal, Estadual ou Federal.
- b) os recursos provenientes do PROMIFAE não poderão ser destinados ou utilizados para despesas de manutenção administrativa da Administração Pública.
- c) a expedição do CIFE encontra-se condicionada à comprovação da regularidade fiscal do doador ou patrocinador quanto aos tributos municipal, estadual ou federal.
- d) é vedado o emprego do CIFE para compensação ou amortização de débitos tributários já inscritos na dívida ativa do Município.

49. O Estatuto do Torcedor, Lei nº 10.671/2003 estabelece como direito do torcedor que os órgãos da Justiça Desportiva, no exercício de suas funções, observem variados princípios expressamente elencados em seu art. 34, dentre os quais não se encontra o princípio da:

- a) moralidade.
- b) motivação.
- c) independência.
- d) celeridade.

50. A propósito do contrato especial de trabalho desportivo e direito de arena, não é correto afirmar que:

- a) é lícito ao atleta profissional recusar competir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses.
- b) o contrato de trabalho do atleta profissional deve ter, obrigatoriamente, prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos.
- c) a cláusula indenizatória desportiva é devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta.
- d) o percentual do direito de arena destinado aos atletas profissionais possui natureza salarial, uma vez que é vinculado ao contrato de trabalho.

PRODUÇÃO TEXTUAL

Instruções

- Utilize a última folha do caderno de questões como rascunho, caso deseje.
- Transcreva seu texto para a 'Folha de Respostas da Prova de Produção Textual' e atente-se:
 - ✓ Escreva com letra manuscrita **legível**. A dissertação apresentada com letra ilegível não será corrigida.
 - ✓ A dissertação **não** poderá ser escrita a lápis. Utilize caneta esferográfica azul ou preta.
 - ✓ Não ultrapasse o número disponível de linhas. A dissertação deve ter no mínimo 20 e, no máximo, 25 linhas.
 - ✓ A linha destinada ao título da dissertação não será contada para efeito do que dispõe o item acima.
 - ✓ Assine somente no campo correspondente. A Folha de Respostas da Prova de Produção Textual não deverá conter, em outro local que não seja o indicado, qualquer palavra ou marca que o identifique.
 - ✓ O campo contendo a identificação nominal do candidato será destacado pelo fiscal, e, ao final, será lacrado em envelope próprio na presença dos dois últimos candidatos da sala.
- Após o término, entregue as Folhas de Respostas da Prova Objetiva e da Produção Textual ao Fiscal.
- A 'Folha de Resposta da Produção Textual' desidentificada será enviada para as bancas examinadoras.

Questão da Prova de Produção Textual

ESCRAVIDÕES

Nesta semana, João Paulino Barbosa, lavrador e neto de escravos, viajou 250km, de ônibus, para celebrar a abolição da escravatura. Foi de Desterro do Melo, em Minas Gerais, até Petrópolis, no Rio de Janeiro, para depositar 127 rosas no túmulo da Princesa Isabel.

Ofereceu uma flor por cada ano desde a assinatura da Lei Áurea. O buquê todo pesava 6 kg.

Queria "agradecer a liberdade", explicou à imprensa.

Ao saber da história desse homem, não consegui deixar de pensar em um verso do poeta americano *Langston Hughes* (1902-1967) sobre a situação dos negros nos Estados Unidos:

(Nunca me deram igualdade, Nesta ' terra dos livres ', nunca vi liberdade)

Lamento ter de informar ao João Paulino que a liberdade que ele agradece ainda não existe de fato nem no Brasil, nem no mundo.

Oficialmente, a escravidão acabou, não se discute. O último país a aboli-la foi a Maurítânia, em 2007. No entanto, a escravidão e suas consequências ainda estão entre nós.

A Organização Internacional do Trabalho estima haver de 21 a 29 milhões de escravos no mundo de hoje. Em 2013, dez países respondiam por 76% desse total. Índia, China, Nigéria e Rússia entre eles. No Brasil, todos os anos, as autoridades libertam cerca de 2 mil pessoas nessa situação. Calcula-se que o mercado de pessoas escravizadas movimenta 35 bilhões de dólares anualmente.

Indivíduos ou grupos em vulnerabilidade social são as principais vítimas. Acaba sobrando quase sempre para as minorias étnicas, migrantes, mulheres e crianças. A escravidão contemporânea assume formas tão diversas como servidão por dívida, casamento forçado, trabalho infantil e tráfico sexual.

Em todas suas manifestações, as formas modernas de escravização desumanizam as pessoas e atentam contra sua dignidade. Suas consequências podem levar gerações para serem superadas

Compilado de artigo de Alexandre Vidal Porto, publicado no jornal Folha de São Paulo, edição de 16/5/15.

A partir da leitura do artigo acima, elabore um texto dissertativo, ao qual deverá ser dado um título, discorrendo sobre a seguinte questão: que motivos fazem com que, num país como o Brasil, ainda perdure a escravidão, embora de forma não oficial? É possível dar fim a ela? Justifique sua opinião.

O texto deverá ser elaborado em consonância com os preceitos da norma culta da língua portuguesa.

Será levada em conta para a totalização da nota, sua capacidade argumentativa, não o teor de sua opinião sobre o tema.

Antes de iniciar, leia atentamente as instruções que antecedem o texto apresentado (orientações para elaboração da dissertação).